

SESSÕES DO PLENÁRIO

18ª Sessão Especial da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 28 de agosto de 2008.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão especial, proposta pela nobre deputada Fátima Nunes, do PT, para o lançamento da Campanha pela Moradia Digna.

Convido para compor a mesa a Exm^a Sr^a Deputada Fátima Nunes (Palmas); o Exm^o Sr. Deputado Federal Zezéu Ribeiro (Palmas); o Líder da Minoria, o nobre deputado Gildásio Penedo Filho (Palmas); o tenente-coronel Souza Santos, representando o comandante-geral da PM, coronel Mascarenhas (Palmas); a representante do Sindicato da Construção Civil, Sr^a Lucy Maria Marques de Carvalho (Palmas); a representante da União Nacional pela Moradia Digna, Sr^a Marli Carrara (Palmas); o representante da Confederação Nacional das Associações de Moradores - Conam, Francisco Marques; a Sr^a Subsecretária Municipal, Ana Carolina, representando o secretário municipal, Antônio Abreu (Palmas); a ex-secretária municipal da Reparação, Sr^a Antônia Garcia (Palmas); a representante da Caixa Econômica Federal, Sr^a Eleonora Lisboa.

Assistiremos, agora, à apresentação do vídeo sobre o lançamento da Campanha pela Moradia Digna.

(Apresentação do vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Gildásio Penedo Filho):- Concedo a palavra à proponente desta sessão, deputada Fátima Nunes.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Boa-tarde a todos e a todas, uma saudação a nossa Mesa brilhante com tantas autoridades e presidida pelo deputado Gildásio Penedo.

Quero agradecer a presença do deputado presidente Marcelo Nilo, mas precisou se ausentar.

Quero saudar o deputado Zezéu Ribeiro, grande contribuinte do trabalho pela moradia digna, que certamente vai expor o assunto para que possamos compreendê-lo melhor e depois conversar sobre esse assunto com os deputados. Também quero saudar o tenente coronel Souza Santos, representando aqui a Polícia Militar, a Dr^a Luci Maria Marques, representando o Sindicato da Construção Civil, a companheira de luta Marly Carrara, representando a União Nacional pela Moradia Digna, o nosso companheiro de luta Francisco Marques, das associações de moradores, da Conam, a representante da Secretaria Municipal, Ana Carolina, a Sr^a

Antônia Garcia, companheira de luta, ex-secretária Municipal da Reparação, e a Sr^a Eleonora Lisboa, representando a Moradia Digna.

Eu estava pensando, antes de iniciar a nossa fala, numa das frases, isto é, num dos versos que nas comunidades eclesiais de base, nos movimentos populares costumávamos cantar. Hoje não tem canto, mas se quisermos dá para cantar também.

Eu vou dizer em versos: este nosso Brasil é uma terra muito grande e de muita riqueza, mas o povo brasileiro, uma boa parte dele, leva a vida na pobreza. E por passar por essa condição de pobreza, conseqüentemente lhe faltam muitas coisas, entre elas a moradia.

Portanto, não é à-toa que estamos nesta tarde convocando todas as autoridades e também os movimentos sociais organizados, o MSTS, a União Nacional de Moradias, as associações de bairros com as autoridades, deputados estaduais e federais, para discutirmos uma política pública de moradia digna. Isso só poderá acontecer quando houver leis que assegurem a disponibilização de recursos nos orçamentos da União, dos estados e dos municípios. Somente trabalhando em parceria com o governo, com o poder público e com a sociedade civil poderemos resolver esta questão. Na verdade, ter uma moradia é um direito e trabalhar essa política pública em favor desse direito é obrigação do Estado.

Então, é isso que estamos fazendo nesta tarde. Temos no Brasil mais de 7 milhões de pessoas que precisam da moradia; temos na Bahia, segundo os últimos dados, 650 mil, e sabemos que é preciso trabalhar bastante para cobrir esse déficit, já percebamos isso, principalmente quando viajamos pelo interior, pois em muitas localidades encontramos verdadeiros condomínios, conjuntos de 200, 300, 400 residências construídas, e não mais naquelas condições antigas de casas muito pequenas, em lugares insalubres, lá no recanto da cidade, onde às vezes as pessoas não queriam visitá-las.

As moradias que vemos hoje, e sei que isso tem sido uma contribuição do pensamento das pessoas que estão no Ministério da Cidade e na Caixa Econômica, e entre elas temos uma grande companheira, aqui conosco, que vai pensando num lugar digno para viver. Qualquer pessoa que for visitar o interior poderá passar no município de Cipó e perceberá conjunto maravilhoso, com ruas largas e casas distantes uma da outra, com espaço possibilitando ampliação da casa.

Então, percebe-se que há no Brasil, com a chegada do presidente Lula, um pensamento novo e diferente em favor da dignidade e da moradia hoje reforçado também pela vontade política do governador Jaques Wagner. Tenho certeza de que esta sessão especial, quando se faz o lançamento da Campanha pela Moradia Digna, só vai fortalecer esse pensamento, essa vontade, esse desejo do governo Lula, do governo Wagner e certamente dos municípios onde o povo irá eleger prefeitos que se interessam pela vida das pessoas. Nós teremos daqui em diante grande parceria e verdadeira melhoria na qualidade de vida, principalmente nas cidades do interior, porque se as pessoas tiverem lá boa moradia jamais desejarão vir para a cidade grande morar em lugares difíceis, porque a população aqui já é volumosa. Queremos ser parceiros desse trabalho em toda a Bahia e em todo o Brasil.

Portanto, muito obrigada a todas as pessoas que compareceram a esta sessão, a Marly Carrara que tem acompanhado com o nosso assessor Gilson a organização, aos que compõem a Mesa e darão essa grande contribuição no debate. Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Gildásio Penedo):- Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre deputado federal Zezéu Ribeiro, convidado para assumir os trabalhos, até por uma questão de justiça, a deputada Fátima Nunes, proponente desta sessão.

Com a palavra o nobre deputado Zezéu Ribeiro.

O Sr. ZEZÉU RIBEIRO:- Boa tarde companheiros e companheiras de luta pela afirmação da nação brasileira. Boa tarde meus companheiros lutadores que estão aqui na Mesa!

Discutimos muito a propositura dessa PEC, no sentido de que é um Projeto de Emenda da Constituição Federal, por entendermos que as reformas que fazemos na Constituição proliferam por indicação de orelha no elevador. No Brasil criamos o mau hábito de medir exercício legislativo pela quantidade de projetos de lei, isso é questão de um subdesenvolvimento absurdo, e vemos até entidades que avaliam o desempenho parlamentar com esses critérios, levando em conta a quantidade de projetos de lei apresentados por determinados deputados.

Então, a gente tem uma massa de legislação completamente absurda. E o que deve constar da Constituição é aquilo que seja efetivamente garantias de direitos das normas gerais de relação na sociedade.

Nós entendemos que a questão da moradia, da habitação tem que se inserir nesse contexto. O que a sociedade brasileira definiu como fundamental para sua afirmação e continuação que exigia vinculação orçamentária, que não pode ser contingenciada e que tem que ser obrigatoriamente utilizada, definido pelo plano da Constituição, que não é uma política de governo e passa a ser uma política de Estado? Nós temos duas questões assim definidas na nossa Constituição: a questão da saúde e a questão da habitação.

E quando estamos fazendo a PEC da moradia, estamos introduzindo mais isso como uma questão fundamental, porque é do senso geral que a família é a célula mater da nossa sociedade. Para construirmos uma sociedade efetivamente digna, a família é fundamental para isso. E a gente desestrutura a família por não ter o espaço de vivência da própria família e a gente repercute isso na própria ausência da habitação.

Uma família que reside num cubículo de um só espaço, às vezes de 3 por 4 ou menor que isso, onde come, dorme, se alimenta, faz suas necessidades fisiológicas tudo naquele mesmo espaço, onde todos dormem na mesma cama, que o chão é batido, que o teto é baixo, que o calor é insuportável, que passa rato, mosquito e barata; qual é a condição que tem essa família de se estabelecer como unidade familiar? E aí o marido chega em casa e tem que tomar cachaça, chega bêbado, os filhos não têm condição de estudar, as doenças proliferam, o esgoto passa no meio da rua e as vezes dentro de casa; quando vem a chuva é o desabrigo.

Que sociedade é essa que estamos construindo? Isso é ou não é fundamental para modificarmos essa realidade para constituir uma sociedade onde todos os seus membros sejam cidadãos e tenham direito à vida e à família? Então é esse o entendimento que a gente tem que ter desse processo que estamos vivenciando, e que repercute naqueles outros dois. Como é que uma criança fora da escola vai ter condição de estudar na sua casa, se mora num ambiente desse? Como é que fica a saúde dessa filha submetida a esse tipo de condição? Por isso que entendemos que é fundamental assumirmos isso como um direito assegurado pelo Estado brasileiro como um compromisso da sociedade toda nessa transformação. É esse o sentido básico dessa PEC: assegurar o direito de todos os brasileiros à habitação.

Nós temos um déficit estimado, não temos o número real, mas fica em torno de 7 milhões de habitações. Na cidade do Salvador, a estimativa é de 90 mil habitações. Quanto tempo a gente precisa fazer isso para superar esse déficit? Nós imaginamos que num processo de 30 anos pudéssemos fazer isso. Não é uma medida fácil, porque além do déficit existente hoje, tem o crescimento vegetativo. Tem aquele chavão que diz: Quem casa quer casa. E aí é um pontinho no fundo para o filho, é a lage que a gente bate para ele morar e, às vezes, oferecemos para os nossos filhos condição também não digna de habitação.

Como a gente muda essa realidade? A luta pela moradia no Brasil se identifica com um processo de urbanização que a gente vive a partir do início da industrialização, que vai superando esse processo e hoje levando a uma maioria de população urbana, 80% da população brasileira considerada urbana, mesmo que resida em cidades eminentemente rurais, mas está nucleada em forma de cidade, mais de 82% da população atinge esse índice, nós precisamos fazer o enfrentamento disso.

O mundo capitalista ocidental, a Europa e os Estados Unidos, levaram 200 anos nesse processo de urbanização. Processo que começa com a máquina a vapor, com a industrialização até meados do século passado.

Então, levaram 200 anos com um processo de planejamento de ocupação desse território. O mundo dito subdesenvolvido e, agora, particularmente, América do Sul, África e Ásia, fez esse processo de urbanização em menos de 50 anos e sem planejamento na maioria dos casos. As cidades incharam de forma absurda e a intervenção estatal veio sempre atrás, gerando um déficit desse tamanho, com ausência de planejamento e, conseqüentemente, ausência de investimentos públicos em áreas privadas, e num curto espaço de tempo essa questão se deu.

Logo, a recuperação é muito difícil e, como me referi, no Brasil, a partir da década de 30, é que esse processo aumenta e, na década de 70, é que começamos a inverter esse processo de ter a maior parte da população urbana do que rural.

Em todas as nossas Constituições, a palavra urbano era citada apenas uma única vez para nos cobrar imposto, o Imposto Predial e Territorial Urbano. E não mais se falava em cidade, em urbano nem em melhores condições de vida para a população.

Fizemos uma emenda ao processo constituinte, onde buscamos recuperar todas as lutas dispersas das populações urbanas, de nossas cidades. Iniciamos isso durante as reformas de

base nos anos 60, durante o governo João Goulart, quando lutamos pelas reformas agrária, do ensino, sanitária etc., a partir dos arquitetos. Pela sua compreensão do papel social que tem a profissão, lançamos a bandeira da reforma urbana.

Isso foi sufocado pela ditadura e retomamos a partir das lutas setoriais dos diversos segmentos urbanos, as lutas pela creche, pelo transporte, da panela vazia, habitação, energia, pelo saneamento e uma porção de lutas dispersas em cada local deste País. Reunimos todas em torno de uma Proposta de Emenda à Constituição, a terceira emenda popular mais subscrita. A primeira foi a dos direitos, a segunda, a da reforma agrária e a terceira, a emenda da reforma urbana, onde falamos que a função social da propriedade se superpõe ao direito de propriedade e ao direito à cidade, à moradia, ao acesso à terra para morar, quando a reforma agrária pede e reivindica o direito a terra para plantar, para produzir.

A partir daí, conseguimos um capítulo na Constituição, adveio disso o Estatuto das Cidades, construímos a primeira iniciativa de habitação popular, que cria o Fundo Nacional de Habitação Popular, onde estava inserida a vinculação orçamentária para habitação. Não conseguimos aprovar isso, porque exigia uma PEC específica, mas estabelecemos um sistema com recursos orçamentários, com recursos do fundo de garantia do trabalho, o FGTS, construímos os conselhos das cidades, as conferências, amadurecemos essas questões e criamos a Lei Nacional do Saneamento, a Lei da Mobilidade está sendo executada.

Então, o governo Lula trouxe uma outra visão institucional sobre essa questão, que o movimento social já levava com muita ênfase. Entendemos que chegava a hora de mobilizar a sociedade no sentido de assegurar... Nesse período, ainda asseguramos como direito fundamental a questão ao direito à moradia, na Constituição. Há uma emenda constitucional que estabelece que, entre os direitos básicos e fundamentais da sociedade, está o direito à moradia e, agora, estamos lutando para conquistar a vinculação de recursos para esse projeto de nação que vemos inserido na luta pelo direito à moradia.

O desafio é este, temos que mobilizar corações e mentes neste sentido, no desafio de constituição de vinculação orçamentária, o que não é fácil, as resistência a isso serão imensas. Temos de estar preparados para uma longa luta, associando às lutas significativas outras que temos à garantia de recursos para o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e para o crédito solidário. Estamos lutando por isso e por outros recursos para o BNH. Todas essas outras formas de atuação que estão atendendo precariamente, mas já deram uma nova visão e um protagonismo ao movimento social. Contribuímos nesse sentido de afirmação para darmos, em relação ao crédito solidário, um sentido de protagonismo aos movimentos sociais.

Estive esta semana com a companheira Marli lá em Tubarão, onde estamos implantando um belíssimo projeto de crédito solidário, e me emocionei. Trata-se duma luta que desenvolvo desde o início dos anos 70, e a vemos materializada na organização autônoma dos trabalhadores pelo direito à moradia.

Espero que floresçam muitas flores nesta luta. Que estejamos atuando de forma articulada, companheira e compromissada, pois, quando conseguimos construir a habitação, não se encerrou ali a nossa luta. Iniciou-se uma outra, que é para a garantia de uma qualidade de

vida aos moradores daquele conjunto, daquela associação na construção de uma relação social mais fraterna e mais solidária, porque é no espaço em que vivemos que fazemos a transformação que o mundo precisa. Em nossa vila e em nossa cidade fazemos um novo Brasil.

Este é o desafio, e sei que vocês são parceiros nesta luta. Muita luta! E à vitória, companheiros! (Muitas palmas!)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Nós temos outros oradores inscritos que vão contribuir para o nosso debate. Portanto, agora passo a palavra para Luci Carvalho, representante do Sindicato da Construção Civil.

Enquanto Luci chega à tribuna, quero convidar para também fazer parte da Mesa o representante do Movimento dos Sem-Teto, o companheiro Idelmário Proença. (Palmas!)

A Sr^a MARLI CARRARA:- Toda essa campanha em nível nacional iniciou-se na cabecinha dessa menina aqui, e aí muita gente pode estranhar alguém do movimento popular ao lado de uma diretora do Sindicato dos patrões da construção civil, o Sinduscon, na Bahia. Mas ela sempre esteve disponível às causas do movimento popular e achou que em determinado momento, há dois anos, chamando algumas lideranças, entre elas eu e Idelmário, o pessoal do Movimento Nacional, o pessoal do MSTs, o pessoal do Santa Rosa de Lima, o pessoal da Central, estabelecer a primeira conversa de como construir. E ela dizia francamente: “Nós empresários queremos construir porque temos o lucro como objetivo, e vocês precisam das casas. Não é possível não construirmos alguma coisa. E que isso possa reverter para os dois lados.”

Lembro bem que colocamos ter clareza de que cada um de nós estava de um lado por uma questão de classe social, mas conseguimos construir o primeiro rascunho, não é, Luci? Foi levado a São Paulo, e aí as nossas entidades nacionais começaram a construir isso, o que levou de um a dois anos de conversa, sendo que no início foi meio desconfiado e hoje está numa campanha que corre todo o Brasil. Talvez a Bahia seja o último Estado que está fazendo um ato grande, pois todos os demais estados do Brasil já o fizeram.

Então, no meio desse tempo essa menina, por se envolver em muitas coisas, a saúde dela não agüentou e ela deu um susto em todo mundo, ficando 4 meses hospitalizada. Já melhorou muito, está falando: “Vixe, Nossa Senhora!” A gente faz questão de que ela esteja aqui, e serão muito importantes as poucas palavras que vocês conseguirem entender. Não importa que se tenha convicções diferenciadas; se houver boa vontade no coração, falar com franqueza, se consegue extrair coisas boas disso aí. (Palmas)

A Sr^a Luci:- Essa luta toda é pelo direito à moradia popular. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Vamos passar a palavra para Antônio Carlos Mota, da Federação das Associações de Bairros de Salvador. Aliás, quem fará uso da palavra agora é Antônia Garcia.

A Sr^a ANTÔNIA GARCIA:- Companheiros e companheiras, tenho muita alegria de estar nesta sessão retomando a trajetória de uma antiga luta que Salvador e a FABS, em particular, fazem. No ano que vem, comemora-se 30 anos de luta pelo direito à moradia, movimento social, de bairro, que se constituiu na luta contra a ditadura nos anos 70. Nós nos orgulhamos muito dessa história que não se interrompeu, embora tenha diminuído, pois os movimentos sociais não são os mesmos dos anos 70, com tanta mobilização. Nós temos renovação desse processo com outros companheiros, outros movimentos. A FABS permanece nessa luta para que os habitantes de Salvador tenham direito a uma moradia digna.

Há outras pessoas para falar, mas gostaria, rapidamente, de sinalizar a importância de se pensar a dimensão racial na questão da moradia em Salvador, cidade mais negra fora as da África. Não podemos deixar de considerar que a moradia mais indigna atinge, principalmente, a população negra.

Então é preciso que pensemos não apenas em políticas universalistas. Devemos ressaltar o direito à moradia para a grande população afrodescendente desta cidade, que tem uma história cultural e religiosa fantástica. Esse direito tem de ser amplo no sentido de a cidade ser o nosso lar, e é necessário que todo mundo viva bem, com direito à saúde, educação, saneamento e ao seu pedacinho de chão para viver com a sua família.

Parabenizo Fátima por esta grande iniciativa e também os outros companheiros da Mesa, todos com uma história de luta por um direito tão sagrado. Não há coisa mais importante que o nosso cantinho, do que vivermos dignamente em um lar no qual possamos ter saúde, educação, tudo garantido de forma saudável.

O Brasil precisa pensar na importância da dimensão racial no problema da moradia, na questão do gênero, porque são as mulheres pobres e negras que carregam o terrível peso das péssimas condições de moradia nas cidades brasileiras. Portanto, casar as questões de raça e gênero para pensar na moradia e priorizar as famílias mais excluídas do mínimo de dignidade em termos de moradia é uma das coisas que gostaria de ressaltar como contribuição do movimento da moradia e o da reforma urbana, que estão de parabéns. Essas coisas se misturaram ao longo dos anos.

Já temos três décadas de lutas, comemoramos vitórias, mas elas são insuficientes, porque, infelizmente, como o deputado federal Zezéu Ribeiro já disse que é muito desafio, é muita gente vivendo em condições indignas. Todos nós, como cidadãos e cidadãs, somos chamados ao desafio de lutarmos com a força que sempre tivemos, como movimento social, articulando o parlamento e o governo. Temos uma situação favorável neste momento com o governo Lula e o governo Wagner e devemos construir uma proposta popular para Salvador, exatamente para construirmos a possibilidade de alterar essa condição absurda de falta de dignidade a que assistimos.

Parabéns, e muita força e muito axé para nossa luta. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Quero registrar a presença de Maria de Lourdes do Nascimento, da Rede Camping; e Raimundo Nascimento, representando o CMA.

Concedo a palavra a Francisco Marques, da Confederação Nacional da Associação de Moradores.

O Sr. FRANCISCO MARQUES:- Boa tarde à Mesa, na pessoa da deputada Fátima Nunes, e a todos representantes do movimento comunitário, do parlamento, da Caixa Econômica e todos os presentes.

Nós da Conan e de todos os movimentos sociais sempre estivemos presentes às lutas pela moradia digna e de qualidade. Há muito tempo os governos passados não se responsabilizaram pela urbanização e favelizaram as cidades com políticas que não eram dignas para cidadãos brasileiros, principalmente os baianos.

Hoje, temos uma situação muito peculiar e de extrema gravidade, em Salvador e outras cidades do País, por falta de uma política de urbanização. Nós precisamos mudar isso. É preciso que a política de habitação seja responsável.

E hoje, graças à luta de todos esses militantes - e muitas vidas já se foram -, estamos firmes. Nossos companheiros de luta, que têm dado a saúde por ela, venham dignificá-la.

Sei que um dos maiores salários que temos é justamente a vitória, que começa a surgir a partir da criação do Ministério das Cidades, quando se começa a pensar o Brasil como um todo, quando se começa a pensar as cidades, os municípios brasileiros como um todo. Isso antes era dispensado, pois alguns setores do País eram pensados individualmente.

Hoje, começa-se a pensar o Brasil como um todo, com a busca de políticas públicas para se construir moradia para o indivíduo, para a família, que, como Zezéu falou, é a célula mater da sociedade. Quando não se tem na sociedade uma família estruturada, vemos a resposta, hoje em dia, com a violência. A violência nasce daí, porque não temos família estruturada. A partir da revolução de 64, toda a família brasileira foi desestruturada. Estamos pagando um preço alto por isso.

É preciso buscar recursos para se poder implementar essas políticas.

Tenho certeza que o governo Lula, o governo Wagner, o Senado da República, a Câmara Federal, a nossa Assembleia Legislativa, as nossas câmaras de vereadores terão que sentar e ouvir, com compromisso, essas questões. E as associações de moradores, que são um dos instrumentos mais capazes e democráticos que se tem, irão mudar essa lógica.

Vamos conseguir a vitória.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Ouviremos o companheiro Ildemário, representante do MSTS.

O Sr. ILDEMÁRIO PROENÇA:- Boa tarde a todos os presentes ao Plenário e aos companheiros da Mesa. Gostaria de dizer que Marli lembrou muito bem de um encontro que tivemos com o Sinduscon. Esse encontro, que, inicialmente, parecia contraditório, acabou sendo mais um passo nessa luta incansável pela moradia digna, pela reforma urbana.

Gostaria de colocar que essa luta não começou agora, mas há mais de 20 anos e resultou no primeiro projeto de iniciativa popular, através dos principais movimentos nacionais da época: MNLM, União de Moradias, Central de Movimento Popular e a Conam, e dá mais um passo em 2005, com a criação do FNHIS - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, para o qual o governo federal, hoje, disponibiliza R\$ 1 bilhão para se investir em habitação em todo o país. Ocorre que, particularmente falando de Salvador, a gente se depara com alguns problemas. Embora tenhamos hoje, segundo fontes oficiais, mais de 100 mil pessoas sem moradia, a gente ainda encontra um município que ainda não tem recurso no fundo que foi criado há cerca de um ano.

Acredito que com esse passo que está sendo dado agora que é essa campanha pela moradia digna a gente venha a avançar, porque foram várias vezes que perdemos a oportunidade de estar captando recursos do governo federal pela falta da contrapartida municipal. E se de fato essa campanha resulta nessa lei que obriga o governo federal a disponibilizar 2% do seu orçamento para ser investido em habitação, e o município e o Estado 1%, nós temos a idéia de que poderemos anualmente estar construindo mil casas.

A gente construindo mil casas, acredito, sim, deputado federal Zezéu Ribeiro, que em pouco tempo a gente estará dando a resposta ao déficit habitacional, particularmente para aquelas famílias que vivem hoje nas ocupações.

Gostaria de encerrar falando do MSTS, Movimento dos Sem Teto de Salvador, que embora seja um movimento novo, é um movimento que hoje acumula algumas dificuldades mas acumula também importantes vitórias. A exemplo das primeiras casas construídas no bairro de Valéria, há três anos; as casas do Dique do Cabrito para as famílias que viviam no Clube Português e as casas que foram entregues agora no dia 31 de maio, na Estrada velha do Aeroporto. Na verdade, isso é resultado, sem dúvida, de todo esse processo que foi travado, que se iniciou no final dos anos 70 e início dos anos 90, mas também de todo um trabalho de pressão, de organização que começou a ser desenvolvido pelo MSTS.

E quero terminar dizendo que ao falar do MSTS não podemos esquecer a figura do companheiro Jones Bastos, um dos principais coordenadores desse movimento. O companheiro que em 2003 saiu para apoiar a primeira ocupação que nasceu na Estrada Velha do Aeroporto e que hoje aquelas famílias que ocuparam aquele espaço no Km 12 estão morando hoje em suas casas. Mas como também foi dito pelo deputado federal Zezéu Ribeiro: a luta não pára com a conquista da casa. Queremos, sim, moradia digna. E moradia digna para a

gente se traduz também em educação, em saúde e, principalmente, em emprego para essas pessoas que estão adquirindo as suas casas hoje.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Obrigada, Ildemário.

Vamos passar a palavra à Dr^a Eleonora, representante da Caixa Econômica Federal.
(Palmas)

A Sr^a ELEONORA LISBOA:- Boa-tarde a todos e a todas.

Quero iniciar agradecendo e parabenizando, primeiro, o Legislativo federal em nome do deputado federal Zezéu Ribeiro, da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara, que tomou a iniciativa de apresentar proposta de emenda constitucional, canalizando e manifestando aquele que é o desejo de toda a sociedade civil mobilizada, como colocou Marli e Lucy; parabenizar o Legislativo estadual em nome da deputada Fátima Nunes, a importância desse lançamento estar sendo feito aqui na Assembléia Legislativa.

A lei nº 11.124/2005, que definiu a criação do sistema nacional de habitação de interesse social, também definiu que deveriam ser criados em todo o Brasil, e todos os entes que aderissem ao sistema nacional de habitação de interesse social, os planos de habitação, os fundos de habitação de interesse social e os conselhos gestores desses fundos, seria o tripé que sustentaria o sistema.

Hoje temos mais de 90% dos municípios do Brasil que aderiram a esse sistema, portanto devem fazer o seu plano de habitação de interesse social ao final de 2009; devem criar o seu fundo e o seu conselho gestor dos fundos locais de habitação e por isso a importância de a gente ter a proposta de emenda constitucional que garanta recursos, fluxo permanente de recursos para esses fundos de habitação, senão simplesmente isso vai acabar rodando, não acontecendo.

Imagine um Estado como a Bahia com tanta carência, como colocado até pela deputada Fátima Nunes, o nosso déficit não está só em Salvador, está muito concentrado, claro, nas grandes cidades, nas grandes aglomerações, mas nós temos, além de um déficit urbano muito grande, o maior déficit rural do Brasil está na Bahia.

Então, isso precisa ser enfrentado de uma forma que a gente consiga ter essa garantia de que vamos ter recurso, vamos ter integração do recurso federal, do recurso estadual, do recurso municipal e que vamos enfrentar isso de forma integrada.

E só para fecharmos, é importante que essa mobilização toda tenha recurso permanente e também garanta um discussão do acesso democrático a terra, que a gente garanta planos diretores efetivos, que prevejam instrumentos de acesso a terra urbanizada, que garantam cidades mais justas, que a gente possa de fato... Não adianta depois ter lá a PEC que vai

garantir os 2% do orçamento federal ou 1% do orçamento estadual e isso não ser disponibilizado à população que mais precisa ter acesso.

Então, também é uma luta pela terra. Também é uma luta pelo acesso ao direito de morar dignamente, de poder voltar para casa, de poder ter o seu endereço, de poder ter o seu local de referência. É importante que a gente não desista. A luta é longa mas vale à pena e que continuemos juntos.

Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Agradeço a todos que fizeram uso da palavra expondo a questão da moradia digna.

Com a palavra a assessora-chefe da Secretaria Municipal da Educação de Salvador. (Palmas)

A Sr^a ELAINE:- Boa-tarde a todos. Primeiro quero agradecer o convite para estar com vocês aqui, nesta tarde, parabenizar o deputado Zezéu Ribeiro pela PEC e falar um pouco de Salvador.

Salvador, realmente, tem passado por algumas dificuldades financeiras e não pode, como o nosso colega Ildemário colocou aqui, ajudar o quanto gostaria o Movimento Popular. Ajudou, sim, nos Créditos Solidários. O de Tubarão, por exemplo, com assistência técnica; os Créditos Solidários também de Pirajá e Estrada Velha, que por agora já vão ser iniciados, inclusive também com a adesão...

Salvador foi um dos primeiros municípios a aderir ao Plano Nacional de Habitação ao Sistema Nacional de Habitação também. Também foi um dos primeiros municípios a constituir seu Plano Municipal de Habitação e que, agora, se o Fundo conseguir essa aprovação de 1%, Salvador vai ter condições hoje de contribuir muito mais com a contrapartida para garantir a moradia digna, que é importante para o município.

Boa-tarde e Obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Para fazer uso da palavra agora, a companheira Marli Carrara, representando a União Nacional pela Moradia Digna. (Palmas)

A Sr^a MARLI CARRARA:- Eu queria aproveitar aqui e começar falando... Queria ler a PEC, porque, às vezes, ficamos falando do projeto de lei que está lá e não sabemos direito, até porque não temos muitas cópias para sabermos para que vamos lutar: Art. 1º “O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias...” – Muda a Constituição da República.

O art. 96 da Constituição passará a ser escrito desta maneira – isso é importante porque as bases e as lideranças do Movimento Popular e do Movimento do MTS que estão aqui

precisam saber para que estão aqui hoje –: “ Durante o período de trinta anos, ou até a eliminação do déficit habitacional, serão destinados, anualmente, recursos orçamentários aos Fundos de Habitação de Interesse Social, na União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, em conformidade com o seguinte:

I – Na União” – quer dizer no País, no Orçamento federal –: “nunca menos de dois por cento do produto da arrecadação dos impostos, das contribuições de intervenção no domínio econômico, das contribuições sociais, excetuadas as contribuições sociais patronais e dos trabalhadores para o Regime geral da Previdência Social Lê) “ e a contribuição social para a previdência dos servidores públicos, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos da Constituição;

II - nos Estados e no Distrito Federal: no mínimo um por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam arts. 157 e 159, inciso I, alínea “a”, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios, nos termos da Constituição;

III – nos Municípios e no Distrito Federal: no mínimo um por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea “b” e § 3º.

§ 1º Durante o período de vigência do disposto no caput deste artigo deverá ser observado o seguinte:

I - a vedação de que trata o inciso IV do art. 167 não se aplica ao disposto neste artigo;

II - a parcela de que trata o inciso I do caput será previamente calculada sobre o produto da arrecadação dos impostos, das contribuições sociais e das contribuições de intervenção no domínio econômico, descontadas apenas as transferências constitucionais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.”. Acho importante ler porque a gente sabe que tem um horizonte muito grande.

Então, o que é vir para cá? Embora muitas vezes a gente venha à Assembléia Legislativa para fazer um ato, mas o que significa de verdade sairmos de nossas casas, das nossas ocupações e estarmos aqui hoje? Como isso vai ajudar quase 8 milhões de famílias a ter uma casa?

Queremos só lembrar que o Fundo Nacional lá em 1991 quando começou a recolher... Sabe aquele abaixo-assinado que as pessoas pedem para você assinar, que você assina às vezes colocando o número da identidade errado. Esse fundo recolheu 1 milhão de assinaturas. E aí o povo de Antônio, de Chico, estou falando sobre o início da carreira de Zezéu. Quero destacar outras grandes lideranças que estão aqui e que recolheram esse abaixo-assinado; depois de 15 anos isso virou, desde o ano retrasado, 1 bilhão de reais no orçamento do governo federal para habitação.

Estou vendo aqui Lurdinha e Raimundo que também são da antiga luta.

Isso tem resultado. Todo mundo aqui é de luta e não precisa mais falar.

A aprovação dessa PEC, desse projeto, representa uma perspectiva onde nossos filhos e netos, e aí quem é mais jovem poderá ver mais, terão direito à moradia garantida. Ela não deverá ser aprovada, na melhor das hipóteses, em dois anos, esperamos que não demore outros 15 anos. Mas é a garantia de recurso fixo vinculado, destinado exclusivamente à moradia popular; e mais: não é para os outros decidirem para onde vai esse recurso, não é para o Conselho do Fundo Municipal, Estadual ou Federal decidirem para onde ele vai; e aí a moradia para os policiais militares e civis; a moradia para o nosso povo sem-teto, porque se a gente não começar a luta ninguém vai fazer.

O fato de vir à Assembléia Legislativa deve-se à vontade de atingir a sensibilidade dos Srs. Deputados, para que possam levar essa campanha ao interior do Estado, e a transmissão deste evento pela TV Assembléia é de grande importância, no sentido de que mais pessoas tomem conhecimento do assunto. Faremos uma coisa simples que é recolher 150 mil assinaturas, o que é a meta da Bahia. Há estados que já recolheram, Mato Grosso do Sul, por exemplo, já atingiu a meta. A Bahia tem que recolher 150 mil assinaturas que somadas às de outros Estados totalizarão 1 milhão de assinaturas até o final do ano.

E vamos entregar ao Congresso Nacional, para mostrar aos Srs. Deputados que aquela PEC que li, esse Projeto de Lei que li, tem o apoio do nosso povo. Vamos trabalhar para que isto aconteça o mais rápido possível. Em Salvador, temos um orçamento de dois bilhões, mais ou menos, realizado um bilhão e alguma coisa, 1% - 10 milhões e alguma coisa - com contrapartida, nós podemos construir, só com o realizado, mil unidades habitacionais por ano, em torno de 20 mil reais, dando contrapartida, é muita casa para quem ficou 11 anos sem construir uma única habitação nesta cidade, do ponto de vista do poder municipal.

Cada um de nós tem de pegar as assinaturas, botar debaixo do braço, recolher as nossas assinaturas. Tenho certeza absoluta de que, se pegarmos isso para fazer, em 15 dias, a Bahia dá conta das 150 mil assinaturas. Quisera conseguir muito mais que isso, não precisa parar em um milhão, quem sabe, conseguir 200 mil assinaturas. E é isso que eu queria dizer. Esta não é uma sessão comum, é uma sessão que dá parte a uma luta e, em 60 dias, eu tenho certeza, vamos poder dar conta desse resultado.

Quero saudar o deputado Javier Alfaya, que também é um dos lutadores do início da reforma urbana.

Obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Obrigada, companheira Marli.

Queria, além de registrar a presença do companheiro Javier Alfaya, passar a palavra ao deputado para que manifeste seu apoio à nossa PEC.

Quero confirmar isso que a Marli acaba de anunciar: nenhum direito dos trabalhadores conquistado até agora caiu pronto do céu, sempre foi um esforço da luta conjunta.

Com a palavra o deputado Javier Alfaya.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Boa tarde, companheira Fátima, que preside esta sessão especial da Assembléia Legislativa; companheiros do MSTs; técnicos aqui presentes; colegas arquitetos e arquitetas; técnicos intelectuais que estão ao lado do movimento popular nesta e em outras tantas lutas para transformarmos profundamente a Bahia e o Brasil, esta é uma luta pela aprovação de emenda constitucional, a grande batalha para a efetivação da reforma urbana no Brasil e a continuidade e a adoção de medidas mais profundas, mais estratégicas, mais estruturantes de uma política urbana que garanta este direito fundamental à cidadania, que é o direito à moradia no sentido mais amplo do termo, o acesso aos serviços básicos que garantam o mínimo de atendimento à população, o direito ao transporte de qualidade, confortável, o direito à infra-estrutura de qualidade, ao bom desenho urbano, que não poder ser apenas para os bairros ricos, mas tem que ser um dia uma solução para os hoje chamados bairros populares.

Enfim, a luta pela reforma urbana, que tem essa acepção mais ampla, mais global, é a luta que anima muitos, vocês que estão aqui presentes e a muitos que não estão. Eu mesmo cheguei aqui já no finalzinho para reafirmar o meu apoio e a minha participação nessa luta, como faço já há muito tempo. Antes mesmo de ser eleito vereador aqui da capital, como estudante da Faculdade de Arquitetura, eu ouvia falar de Zezéu na faculdade. Quando eu entrei, ele já tinha saído, mas ele sempre foi uma referência para todos nós, que entrávamos na Universidade Federal da Bahia em meados da década de 70 e assumimos a luta contra a ditadura militar e, já na universidade, discutíamos, tanto em Arquitetura como em outras unidades da universidade...

Vejo Antônio, que era da Fabes e, agora, é mestra pela UFBA, se não me engano, ou por outra universidade, mas é mestra, mas antes de tudo é mestra e doutora em luta popular ao lado de outros tantos que estão aqui na Mesa. Vejo ali outros companheiros que passaram pelo Instituto de Geociências, enfim, muita gente que esse movimento consegue juntar: técnicos, intelectuais, lideranças populares e sindicais, parlamentares. Isso revela a dimensão, a importância e a complexidade da luta.

Num País que tem oficialmente 80% da sua população morando em cidades, evidentemente que isso envolve a pequeninha cidade do interior, a pequena, a média, a média grande, a grande e as metrópoles brasileiras, e suas regiões metropolitanas, leva a uma luta estratégica no Brasil. Já nos acostumamos, somos educados politicamente ouvindo falar de reforma agrária. Na universidade usávamos pouco a expressão reforma urbana, só falávamos em reforma agrária, não é isso Zezéu?

A reforma agrária que já vinha desde a época dos quilombos, que na prática era a luta pela terra, a luta pelo poder, por outra sociedade, mas que buscava um assentamento na terra. Então, a luta pela reforma agrária sempre marcou a luta do povo brasileiro e a história dos partidos de esquerda, como o PT de Zézéu, o meu partido, o PC do B; o partido socialista e tantos outros partidos que têm raízes na luta popular.

Então, desde a Guerrilha do Araguaia que gente do meu partido fez lá em Goiás, cuja bandeira principal era a reforma agrária no norte de Goiás. A reforma agrária que alimenta o MST, que alimenta tantas outras lutas dos sindicatos dos trabalhadores rurais, a Contag, das

Fetags pelo Brasil inteiro, do movimento da agricultura familiar, etc, pouco ouvíamos falar da reforma urbana. Graças a movimentações de ocupação, de questionamentos da ausência ou das políticas oficiais do Estado Brasileiro para a habitação, o debate teórico nas universidades, nos centros acadêmicos, nos conselhos regionais de engenharia e arquitetura e agronomia nos diversos ambientes de intelectuais, de profissionais foi-se gestando o pensamento, com teor popular da reforma urbana.

Acho que a reforma urbana, pela dimensão que tem o Brasil, pelo problema que representa a sua população urbana, num país com cidades, - se não me engano, temos aproximadamente 160 cidades com população acima de 200 mil habitantes. Então, temos um país com grandes concentrações urbanas e temos muitas outras concentrações urbanas de grande importância abaixo dos 200 mil habitantes.

Então, é uma luta estratégica e não é possível a efetivação de um projeto nacional de desenvolvimento com justiça social, sem que se realize uma política séria, conseqüente, estratégica, de estado, de reforma urbana e todas as conseqüências que implicam a adoção dessa bandeira e desse conceito.

Acho que está de parabéns esse conjunto de parlamentares que subscreve, inicialmente, a emenda constitucional, que já foram aqui citados. Vejo com muita satisfação a assinatura de Aldo Rebelo, que é um companheiro que tem grande liderança no meu partido e foi presidente da Câmara dos Deputados em seu momento; a assinatura de Luiza Erundina e de outros tantos deputados; o deputado Zézeu Ribeiro que tem larga tradição nesta luta e vejo com muita satisfação que não é uma luta meramente parlamentar, porque é uma luta essencialmente popular, que os movimentos sociais têm que abraçar para que o Parlamento em conseqüência disso, digamos assim, adote e vote essa emenda constitucional, o presidente a sancione, melhor dizendo, emenda constitucional não precisa de sanção do presidente, o próprio parlamento homologa, se não me engano é assim, porque é uma emenda à Constituição e o próprio Parlamento, neste caso, é auto-suficiente. Seja isso ou não, é muito importante que o Parlamento se comporte de acordo com a vontade das maiorias, já que temos um Parlamento que muitas vezes se comporta ao contrário dos que as maiorias querem e pretendem.

Então, queremos que neste particular, além de outros, haja uma vitória da vontade das maiorias no Congresso Nacional, no Senado e na Câmara dos Deputados, e que haja um desdobramento em nível das assembléias legislativas, das câmaras de vereadores com todos os desdobramentos legislativos que essa emenda constitucional certamente vai deflagar em nível das leis orgânicas dos municípios e etc.

Assim, deixo aqui a minha palavra de compromisso, a palavra de compromisso do PC do B com essa batalha, com essa luta e colocando o meu esforço, o meu mandato à disposição dos movimentos que se encontram aqui representados e de outros movimentos.

Eu, atualmente, aqui na Assembléia faço parte da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Infra-estrutura, portanto, que debate esses assuntos e turismo, que é uma comissão só; a Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Esportes e Serviços Públicos,

que é uma outra e presido a Comissão de Saúde e Saneamento. Então, na condição de presidente da Comissão de Saúde e Saneamento eu queria contar com a ajuda dos companheiros do MSTS e dos outros movimentos, representantes de outras instituições para debatermos aqui esse aspecto da emenda constitucional do ponto de vista do saneamento ambiental e do saneamento básico, digo saneamento ambiental porque inclui o básico e outros aspectos do saneamento que são mais amplos e mais abrangentes.

Levando em conta que o governador Jaques Wagner mandou para a Casa, já tramita na Casa o projeto de lei de saneamento do Estado da Bahia, cria o Conselho de Saneamento do Estado da Bahia com representação dos movimentos populares; estabelece, a princípio, uma política do governo do Estado que democratiza a consulta e permite a fiscalização da efetivação dos recursos, que agora estão chegando em larga escala através do PAC, Programa de Aceleração do Crescimento para o saneamento e ao meso tempo incita uma polêmica que já está em curso, mesmo entre setores da esquerda, se nós devemos ter, por exemplo, o saneamento monopolizado pela Embasa, pela empresa pública do Estado da Bahia ou se essa responsabilidade deve ser repartida entre a Embasa e os serviços autônomos de água e esgoto que acontecem e existem em alguns municípios do nosso Estado, como acontece em Alagoinhas, Juazeiro, Jequié e se não me engano Barreiras. Enfim, em alguns municípios bons exemplos de serviços de água e esgoto e em outros municípios os exemplos não são tão bons assim.

Então, é uma boa discussão que já está acontecendo porque surgiram polêmicas no próprio seio das forças políticas mais de esquerda que sustentam o nosso companheiro Jaques Wagner do ponto de vista do apoio parlamentar aqui na Assembléia.

Então, é uma bonita discussão e já me comprometi com o secretário Afonso Florense, com a presidente da Embasa, que pediram que fizéssemos audiências públicas sobre a política de saneamento, e nós combinamos que o faríamos a partir das eleições de 5 de outubro. Então, quando passar o dia 06, com as nossas vitórias pelo interior da Bahia e pela capital, vamos deflagrar um processo de audiências públicas aqui na Assembléia e fora, para discutirmos a lei de saneamento do Estado. E aí poderíamos combinar uma mobilização com a outra e aproveitar os momentos para pedir as assinaturas, pedir apoio para a PEC, também usar as audiências como momento de mobilização.

Então, fica aqui meu abraço. Parabéns à mobilização de vocês, parabéns à deputada Fátima por ter proposto a sessão especial.

Muito obrigado.

(Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Quero registrar que nesta sessão especial, importante, com a presença de todos que fizeram uso da palavra, que ficaram aqui na Mesa,

mas que ficaram conosco, também, no Plenário, muitas pessoas importantes que vão dar seguimento à tarefa, ao trabalho que praticamente a Marli Carrara nos deixou, que é recolher, fazer parte da arrecadação de um milhão de assinaturas. Portanto, nós temos que conversar muito e buscar muito essas assinaturas.

Estão aqui presentes vários companheiros e companheiras: do MSTS; da União Nacional de Moradia e representantes, além da Caixa Econômica, que se pronunciou também; o representante do Sindicato dos Engenheiros, o Mário Viana, que é engenheiro; coordenadores do MSTF, entre eles o Jones Bastos, presente aqui; representante do Centro Multi de Integração, a presença de Mariano Laureto; o representante do vereador Lula Maciel, de Lauro de Freitas, aqui conosco, Agnaldo Evangelista de Souza; o major Curi, representante da PM da Bahia; Maria Cirlene Conceição dos Santos, da sociedade civil MNLM e Concidades, Conselho Estadual de Cidades; o Gerson, também representando os militantes de luta lá de Lauro de Freitas; a Francilene, que é assessora do deputado Zezéu Ribeiro, mas igualmente muito engajada nesta questão da luta pela moradia; o Olivier Colbert, representando a União da Moradia Digna, e a Vilma Barbosa, que é uma das coordenadoras do Movimento Nacional da Luta pela Moradia.

Portanto, temos a presença de todos os companheiros, companheiras e de parlamentares, entre eles Zezéu Ribeiro, Javier Alfaya, Gildásio Penedo Filho e Bira Coroa, que passou aqui e deixou o seu apoio. Como todos sabem, neste momento, uma quinta-feira, o povo está por aí fora na campanha, principalmente os deputados, e nós recebemos de alguns um pedido de paciência por não estarem presentes a esta sessão.

Na verdade, certamente no dia 06 de outubro, como disse o deputado Javier Alfaya, teremos grandes vitórias neste Estado elegendo pessoas com o compromisso da melhoria da qualidade de vida do nosso povo nos diversos aspectos, nesta Bahia que por longos anos foi tão esquecida e abandonada por algumas políticas. Mas, a partir de outubro, nós teremos na Assembleia Legislativa vários momentos em que poderemos realizar outros debates, tanto convocando audiências públicas como também nas comissões. Eu, por exemplo, presido a Comissão de Promoção da Igualdade, e realmente, como disse Antônia, quando se trata de desigualdade, é verdade que a nossa gente negra passa por mais dificuldades. Então precisamos agilizar um pouco mais, abrindo uma outra fila para conseguirmos alcançar melhorias para o nosso povo.

Assim, nós teremos outros momentos de discussão. E certamente aqui no Plenário desta Casa também, nos dias de segunda e terça-feira, mais movimentados com a presença dos deputados, iremos debater nesta tribuna este tema procurando, o máximo possível, envolver outros segmentos fazendo-os também participar.

Agradeço a todos e a todas que atenderam ao nosso convite. E por não haver mais nenhum orador inscrito declaro encerrada a sessão. (Palmas!)

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*